



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA – UEPB
CENTRO DE CIÊNCIAS HUMANAS E AGRÁRIAS – CCHA
DEPARTAMENTO DE LETRAS E HUMANIDADES – DLH
CURSO DE LICENCIATURA PLENA EM LETRAS**

**O SISTEMA OPRESSOR DE ENSINO REPRESENTADO
NO ROMANCE “DOIDINHO” DE JOSÉ LINS DO REGO**

ELIANE BARBOSA DE OLIVEIRA

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2015

ELIANE BARBOSA DE OLIVEIRA

**O SISTEMA OPRESSOR DE ENSINO REPRESENTADO
NO ROMANCE “DROIDINHO” DE JOSÉ LINS DO REGO**

Trabalho de conclusão de curso, apresentado ao departamento de Letras e Humanidades da Universidade Estadual da Paraíba, como um dos requisitos para a obtenção do grau de Licenciatura Plena em Letras.

Orientadora: Prof^a Ma. Marta Lúcia Nunes

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2015

O48s Oliveira, Eliane Barbosa de.
O sistema opressor de ensino representado no romance
"Doidinho" de José Lins do Rego [manuscrito] / Eliane Barbosa de
Oliveira. - 2015.
34 p.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Letras) -
Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Humanas e
Agrárias, 2015.

"Orientação: Profa. Ma. Marta Lúcia Nunes, Departamento de
Letras e Humanidades".

1. Opressão escolar. 2. Práticas educativas. 3.
Memorialismo. I. Título.

21. ed. CDD 370.9

ELIANE BARBOSA DE OLIVEIRA

O SISTEMA OPRESSOR DE ENSINO REPRESENTADO
NO ROMANCE "DOIDINHO" DE JOSÉ LINS DO REGO

Aprovado em 15 de junho de 2015

Banca Examinadora

Marta Lúcia Nunes

Prof^ª. Ma. Marta Lúcia Nunes – UEPB/CAMPUS IV
Orientadora

Fábio Pereira Figueiredo

Prof. Me. Fábio Pereira Figueiredo – UEPB/CAMPUS IV
Examinador

Benedita Ferreira Arnaud

Prof^ª. Ma. Benedita Ferreira Arnaud – UEPB/CAMPUS IV
Examinadora

CATOLÉ DO ROCHA-PB

2015

Ao Meu pai Eliesel Barbosa de Oliveira e a minha avó Antônia de Oliveira (in memoriam) por terem proporcionado de alguma forma a minha inserção no mundo escolar. Tenho certeza de que onde eles estiverem, estão felizes pela minha conquista. Dedico.

AGRADECIMENTOS

A Deus, pelo dom da vida, pela força espiritual para superar todos os obstáculos e adversidades encontradas nesta jornada acadêmica, por me proporcionar a felicidade de realizar mais um sonho e a satisfação de dever cumprido em executar mais um objetivo de minha vida.

Ao meu filho **Gustavo Oliveira Targino** e meu esposo **João Irajá Pereira** pela paciência, compreensão, companheirismo, apoio, ajuda e incentivo.

A minha mãe **Euzetia Duda de Oliveira** e minha sogra **Sebastiana da Conceição Pereira**, pelas vezes que ajudaram nas minhas tarefas domésticas enquanto eu estudava ou trabalhava.

Aos meus irmãos **Erivan José** e **Eliesel Jr.**, pelas vezes que ajudaram direto ou indiretamente na minha formação.

A minha orientadora Profa. **Marta Lúcia Nunes**, pela paciência e dedicação, para que fosse possível a realização deste trabalho.

A todos os professores que lecionaram na minha turma, pois sem eles não teria formação acadêmica, ao irmão **Neto**, pela paciência e serenidade com que me atendeu cada vez que precisei de sua ajuda.

A todos os meus colegas em especial a **Gheyzna Hary, Maria Edina, Josefa Mônica, Samara Sales e Francisco de Assis**.

Ao motorista do ônibus "**Negão**", com quem viajei todo período do curso, não esquecendo também dos colegas de viagem.

Enfim, a todos, os meus mais sinceros agradecimentos, desejo que Deus lhes proporcione momentos felizes, como este que eu estou vivendo. Obrigada senhor.

Não é possível refazer este país, democratizá-lo, humanizá-lo, torná-lo sério, com adolescentes brincando de matar gente, ofendendo a vida, destruindo o sonho, inviabilizando o amor. Se a educação sozinha não transforma a sociedade, sem ela tampouco a sociedade muda.

Paulo Freire

RESUMO

O objetivo deste trabalho consiste em discutir a opressão escolar das práticas educativas que são representadas no romance “Doidinho” de José Lins do Rego. O espaço escolar da referida obra onde transcorre o enredo é um internato com normas rígidas e tradicionalistas, a formação educacional é sistemática e a metodologia opressora, posto que o narrador-protagonista é vítima dessa opressão, fundamentalmente por parte da metodologia normativa utilizada pela instituição de ensino, na qual o mesmo encontra-se inserido. O personagem secundário Maciel, diretor do internato representa claramente a abrangente efetivação do sistema, quando este faz uso da palmatória para castigar os alunos. Para fundamentar a pesquisa foram abordadas as temáticas do regionalismo e do memorialismo com aporte teórico de Candido (2005) (2010); Bosi (2006); Ecléa Bosi (1994); Moisés (2008); Goulart (2009); Ghiraldelli (2009); Rego (1984) (2004); Freire (1996) (2005); Teixeira (1976), entre outros. A realização da pesquisa possibilitou constatar que o método de ensino adotado no internato não é eficiente, pois oprime o indivíduo, incapacitando a exposição de suas ideias, posto que a educação é construída a partir de diálogos e troca de informações.

Palavras-Chave: Opressão escolar. Práticas educativas. Memorialismo.

ABSTRACT

The objective of this work is to discuss the school oppression of educational practices that are represented in the novel "Doidinho" of José Lins do Rego. The school space such work takes place where the plot is a boarding school with rigid and traditionalist standards, educational training is systematic and oppressive methodology, since the narrator-protagonist is a victim of this oppression, mainly coming from normative methodology used by the institution teaching, in which it is inserted. The secondary character Maciel, internship director clearly presented a comprehensive realization of the system when it makes use of the paddle to punish students. In support of research were discussed the issues of regionalism and memorialism with theoretical support of Candido (2005) (2010); Bosi (2006); Ecléa Bosi (1994); Moissés (2008); Goulart (2009); Ghiraldelli (2009); Rego (1984) (2004); Freire (1996) (2005); Teixeira (1976), among others. The realization of research made possible to see that the teaching method adopted at boarding school is ineffective because it oppresses the individual, disabling the display of their ideas, since education is built on dialogue and information exchange.

Keywords: School Oppression. Educational practices. Memorialism.

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO	10
1 A EDUCAÇÃO E O REGIONALISMO DE 1930 NO ROMANCE MEMORIALISTA MODERNO	11
1.1 O Regionalismo Modernista	11
1.2 O Memorialismo na Literatura Regional	15
1.3 A Educação Brasileira na década de 1930	17
2 A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO OPRESSORA NA OBRA DE JOSÉ LINS DO REGO	21
2.1 José Lins do Rego: romancista regionalista	21
2.2 “Doidinho”: sociedade e sistema educacional opressores	24
CONSIDERAÇÕES FINAIS	33
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	34

INTRODUÇÃO

O presente artigo tem como objetivo analisar o sistema opressor de ensino, a metodologia que faz dos educandos meros ouvintes depósitos de conteúdos e do educador um simples transmissor de informações. O *corpus* do estudo é o romance “Doidinho”, de José Lins do Rego, o qual narra a vida de Carlos de Melo, protagonista do romance, que encontra-se inserido em um universo totalmente opressor, em uma instituição de ensino denominada Instituto Nossa Senhora dos Milagres, a qual representa as mazelas sociais e todo o sistema dominante da sociedade da época.

A escolha do referido romance como objeto de estudo para a pesquisa de cunho bibliográfico, justifica-se pela vasta dimensão de aspectos relacionados ao tema existentes no mesmo, pois o romance narra uma história de internato em que o protagonista é oprimido e passa a denunciar as opressões existentes na época, não só na instituição de ensino, mas também na sociedade, sendo assim possível discutir o tema central da pesquisa o “sistema opressor de ensino”, como também fazer referência a temas universais de interesse social da época.

O presente encontra-se estruturado em duas partes. Na primeira intitulada “A educação e o regionalismo de 1930 no romance memorialista moderno”, foi realizada uma discussão acerca das relações sociais e dos problemas pelos quais o país passava. Além do memorialismo presente na obra analisada, foi destacada também a questão da educação no Brasil, do seu surgimento as dificuldades e problemas enfrentados, aprofundando-se na sua evolução a partir da década de 1930 com a era Vargas, que contribuiu positivamente para o avanço da mesma.

Na segunda parte, intitulada “A sociedade e a educação opressora na obra de José Lins do Rego”, foram expostas as questões voltadas para o contexto sócio-histórico, no qual a obra em análise foi publicada. Apresenta também alguns dados relevantes do autor, os fatos principais do enredo e por último a análise, discutindo o sistema de ensino representado na obra, enfatizando que esse sistema é fruto da sociedade opressora na qual o personagem protagonista faz referência durante toda a sua narração.

1 A EDUCAÇÃO E O REGIONALISMO DE 1930 NO ROMANCE MEMORIALISTA MODERNO

1.1 O Regionalismo Modernista

O Modernismo foi um importante movimento literário moderno no âmbito das artes, o qual guarda uma estreita relação com as manifestações vanguardistas europeias, tais como o Futurismo, o Cubismo, o Expressionismo, o Surrealismo e o Dadaísmo. O mesmo tinha como objetivo, no que se diz respeito à literatura, mostrar a necessidade da renovação opondo-se ao tradicionalismo.

No Brasil, quando iniciou-se o modernismo durante o século XX, a preocupação dos seus idealizadores era a substituição do antigo pelo moderno, fundamentados no progresso, na transitoriedade, na investigação pessoal e no futuro.

O marco inicial do modernismo no Brasil é a realização da Semana de arte moderna, realizada em fevereiro de 1922 em São Paulo. O movimento dividiu-se em três fases distintas. A primeira que iniciou-se em 1922 e foi até 1930 ficou conhecida como a heroica ou de destruição. Já de 1930 à 1945 teve-se a segunda fase denominada fase da construção. Por último de 1945 à 1960 aconteceu a terceira denominada fase da consolidação.

Em relação a segunda fase Moisés (2008, p.129) faz as seguintes afirmações:

O segundo momento modernista desenrola-se, aproximadamente, entre 1928, quando se publicam várias obras-assinaladas nas preliminares desta época-que anunciam a um só tempo o fastígio de decência iconoclasta do Modernismo e o ingresso na fase madura, de construção, e 1945, quando surge a chamada “geração de 45”. Sem prejuízo da produção anterior, em meio à qual despontam contribuições definitivas, agora a atividade literária alcança, geneticamente, os seus pontos altos dentro das coordenadas da modernidade. Em parte decorrente das mudanças operadas após as revoluções de 1930 e 1932, esse estado de coisas também se deve às sementes lançadas pelo movimento de 22. Tudo indica que corresponde aos três lustres mais intensos e produtivos das letras nacionais do século XX.

É no período de 1930 a 1945, que surge e se desenvolve um movimento literário onde a ficção regionalista é colocada em primeiro plano, dando ênfase ao aprofundamento da lírica moderna voltada para uma abertura do eu, para a sociedade e a natureza. Com o início desse novo ciclo surge o chamado regionalismo de 1930, também conhecido como romance nordestino, pelo fato das ficções terem como cenário o espaço geográfico e sócio histórico do nordeste brasileiro.

Os escritores românticos da época expõem uma visão voltada para o Brasil, estabelecendo uma forte relação entre a literatura e a sociedade, os autores usavam a ficção como um meio prático de denunciar os problemas sociais. Neste período o Brasil passava por um momento crítico de movimento político devido a chegada da industrialização que afetou o meio rural, o trabalho dos engenhos deixava de ser feito pelos homens e passava a ser realizado pelas máquinas.

Para um país que vivia em regime escravocrata e a maior parte da renda era oriunda da produção agrícola sem se preocupar com o custo da mão-de-obra, uma vez que a mesma era de responsabilidade dos escravos que trabalhavam sem salário, só pela comida e um lugar para ficar, o que muitas vezes era de péssima qualidade, foi difícil lidar com a chegada da modernidade e principalmente conviver com as máquinas.

Os regionalistas além de mostrar com precisão esses conflitos, expunham a questão do país que apesar de buscar a modernidade e a industrialização não se desligava dos traços arcaicos, ou seja, continuava praticando atos voltados para o período em que a burguesia dominava e a outra parte da população, que era a massa pobre obedecia.

Essa busca pela inovação, causou a decadência da burguesia dominante no campo, pois com a aparição das máquinas os senhores de engenhos que reprimia a massa popular que representava a maior parte da nação e sofria com as injustiças dos mesmos, começaram a entrar em decadência. Por retratar e denunciar essas mazelas sociais em seus romances é que os escritores regionalistas daquela época tiveram grande destaque.

Entre os romancistas que se destacaram na década de 1930 está José Lins do Rego com seus romances regionais que descreve o ciclo da cana de açúcar, do apogeu à decadência, mostrando também o contraste social entre os patriarcas e a população vítima das injustiças sociais. O autor faz ainda algumas abordagens

sobre temas universais como: miséria, religião, educação e sexo. De acordo com Moisés (2008, p.155) “No desdobramento do ciclo da cana de açúcar chama atenção o fato de o narrador/autor não ocultar a sua personalidade de sensitivo, à mercê dos nervos em frangalhos, não raro referidos no curso das narrativas. E como o passado renascendo através da sua óptica.”

José Lins diferenciava-se com suas narrativas por trazer à tona as suas memórias sobre as denúncias que fazia da sociedade da época, ou seja, o autor deixa transparecer suas vivências no decorrer dos romances, uma vez que encontra fundamentação para seus romances do ciclo da cana-de-açúcar em suas memórias, buscando mostrar o processo de decadência dos engenhos açucareiros do nordeste, com base no que vivenciou e observou no engenho do seu avô, que foi perdendo poderio devido a chegada das usinas.

A segunda fase modernista foi marcada pelo considerável processo de transformações na sociedade brasileira, a modernização social e o crescimento industrial que contribuíram para as diversas mudanças nos setores comerciais, fazendo com que o país deixasse de ter sua economia voltada para as atividades agrícolas.

Foi a partir dessas realidades que os romancistas de 1930 perceberam a necessidade de retratar em suas obras o que acontecia no país naquele momento tão conturbado, os conflitos sociais, a difícil adaptação dos senhores de engenhos as mudanças trazidas pelas usinas, enfim os autores procuraram mostrar o ser humano com todas as suas angústias provenientes do meio social e natural.

Notadamente, a seca torna-se o principal tema desse período, sendo José Américo de Almeida o primeiro autor a abordar o tema na obra *A bagaceira* (1928), depois outros autores como Jorge Amado, José Lins do Rego e Graciliano Ramos também exploraram o tema. Conforme Moisés (2008, p. 138):

Não significa que os regionalistas de 30 escasseasse verossimilhança no modo como divisavam a paisagem amazônica, nordestina ou gaúcha. A realidade ali está, praticamente inalterada, para o confirmar. Mas é que os problemas focalizados, infelizmente ainda vivos, não poderiam dar margem a mais de um romance sem exaurir-se como tema, ao converter em narrativas monotonamente, repetitivas, sobretudo aquelas centradas no polígono das secas, região que mais acendeu a imaginação dos escritores do tempo.

Considerando as afirmações, vale também mencionar que a ficção brasileira da época desenvolveu duas temáticas importantes: a regional e a psicológica, cada uma trazendo suas contribuições importantes para os romances regionalistas modernistas, sendo que de um lado encontra-se a corrente regionalista, onde os escritores preocupam-se em buscar material fornecido pela área urbana ou rural, e do outro, a linha psicológica preocupando-se com os problemas de conduta, drama de consciência e personalidade da vida humana, ambas são tratadas nas obras de José Lins do Rego, sendo que o mesmo aborda em suas narrativas seus próprios conflitos psicológicos.

Nos romances regionalistas, os autores fazem uma junção do regional com o psicológico, ou seja, tentam mostrar a realidade e suas consequências, uma vez que suas obras trazem lapsos históricos, que partem da consciência do homem, da realidade regional, dos problemas sociais existentes em uma sociedade e o comportamento do homem que está inserido neste meio.

José Lins do Rego, por sua vez, retrata em suas obras do ciclo da cana-de-açúcar, por exemplo, todo um espaço dominado pelos senhores de engenho e depois esse espaço dominado pela industrialização, onde os senhores de engenho entram em decadência, o que vai afetá-los não só financeiramente, mas também psicologicamente, o autor mostra as consequências da realidade no psicológico do homem.

Os romances regionalistas, começaram a ganhar seu espaço já em 1928 com a publicação da obra de José Américo de Almeida “A bagaceira”, mas é a partir de 1930 que os regionalistas ampliam seu espaço com “O Quinze” de Rachel de Queiroz, obra que tem como cenário a seca de 1915, e “O país do carnaval” de Jorge Amado, em 1932, José Lins do Rego publica “Menino de Engenho”; Jorge Amado, Cacau e Rachel de Queiroz “João Miguel”; em 1933 José Lins do Rego publica “Doidinho”; Graciliano Ramos, “Caetés”; Érico Veríssimo, “Clarissa”.

Outra grande obra da época é Casa-Grande e Senzala do escritor brasileiro e também nordestino Gilberto Freyre, a obra mencionada foi publicada em 1932, a mesma faz referência a sociedade da época, mostrando a desigualdade social, o poder dos coronéis que começavam a mostrar tamanho de seu domínio pela arquitetura das casas, pois construía de forma que pudesse acumular a tudo e a

todos. Gilberto Freyre foi um grande nome em quem José Lins buscou referência para seguir na sua carreira de escritor.

1.2 O memorialismo na literatura regional

Abordar a questão da memória implica em envolver o passado, sendo o mesmo remoto ou ainda próximo do presente, mas é sempre recordar o que ficou para trás e que ainda permanece “vivo” na memória de tal forma que o indivíduo consiga descrevê-lo de maneira clara e objetiva. Nas obras memorialistas os autores expunham suas lembranças fazendo uma relação do passado com o presente, na obra de José Lins ele trata não só das suas lembranças, mas também da memória de forma coletiva, sendo que faz reflexões sobre a sociedade da época. Justamente o a autora vai definir muito bem no trecho que segue.

A capacidade que cada indivíduo tem de conservar informações sobre alguém ou alguma coisa, podendo ser de caráter coletivo ou individual, sendo que a primeira trata de realidades que englobam um conjunto de recordações de um povo, ou de um país tais como: política, religião, saúde, educação, enquanto a memória individual limita-se somente a acontecimentos, experiências e emoções de cada indivíduo, ou seja, de cada pessoa, é o que cada um carrega consigo sobre sua vida. (BOSI,1994, p.23)

O memorialismo apresenta uma certa semelhança com a autobiografia, mas há uma diferença entre ambas, pois na autobiografia os textos apresentam uma certa restrição, sendo que limita-se em expor apenas a vida de um único indivíduo, enquanto as memórias apresentam narrativas da vida do autor que são envolvidas pelos acontecimentos do meio social, onde o mesmo está inserido, no entanto, diz-se que os autores memorialistas buscam a exposição das memórias através de um processo de transição entre lembranças e atualidades, os mesmos escrevem sua própria história encoberta por fatos sociais do interesse de toda nação, assim eles conseguem associar suas lembranças com o presente.

É o momento de desempenhar a alta função da lembrança. Não porque as sensações se enfraquecem, mas porque o interesse se desloca, as reflexões seguem outra linha e se dobram sobre a quintessência do vivido. Cresce a nitidez e o número das imagens de outrora, e esta faculdade de não confundir a vida atual com o que passou, de reconhecer as lembranças e opô-las as imagens de agora. Não há evocação sem uma inteligência do presente, um homem não sabe o que ele é não for capaz de sair das determinações atuais. Aduada reflexão pode preceder e acompanhar a evocação. Uma lembrança é diamante bruto que precisa ser lapidado pelo espírito. Sem o trabalho de reflexão e da localização seria uma imagem fugida. O sentimento também precisa acompanhá-la para que ela não seja uma repetição do estado antigo, mas uma reaparição. (BOSI, 1994, p. 81).

Diante dos esclarecimentos veiculados pela autora, verifica-se que os memorialistas apresentam em seus textos uma construção feita a partir de imagens fragmentadas que estão adormecidas na memória, como também de lembranças relacionadas a fatos, pessoas e momentos vividos no passado, tais como relações sociais e hábitos, pois é a partir desses fragmentos repletos de lacunas que os escritores fazem a junção entre presente e passado construindo assim seus personagens.

Candido (2005, p. 55) faz as seguintes considerações acerca da criação do personagem de ficção.

A personagem é um ser fictício, – expressão que soa como paradoxo. De fato, como pode uma ficção ser? Como pode existir o que não existe? No entanto, a criação literária repousa sobre este paradoxo, e o problema da verdadeira semelhança no romance depende desta possibilidade de um ser fictício, isto é, algo que, sendo uma criação da fantasia, comunica a impressão da mais lídima verdade existencial. Podemos dizer, portanto, que o romance se baseia, antes de mais nada, num certo tipo de relação entre o ser vivo e o ser fictício, manifestada através de personagem e a concretização deste.

Nas obras ficcionais, os autores baseiam-se nas memórias do ser vivo, criando uma simulação de livros de memórias, onde o personagem tem o papel de relatar acontecimentos de sua vida e do meio social no qual está inserido, geralmente os fatos são narrados desde a infância até a fase adulta onde vai

mostrar o seu sucesso ou o fracasso final. Esses escritores tentam juntar os fragmentos das memórias ao espaço presente, ou seja, organizam a história no presente buscando na memória a ilustração do passado.

Nos romances de José Lins do Rego as memórias transbordam-se através dos cenários das imagens descritas pelo autor, tais como o engenho, o internato, as condições de vida e relações sociais das pessoas que vivem e convivem naquele meio social. O memorialista faz um trabalho de recuperação de um passado que é atualizado com o presente, o romancista expõe memórias através das histórias contadas pelos seus personagens fictícios onde o escritor faz uma junção das experiências vividas pelo homem com a ficção.

Conforme Bosi (1994, p. 89) “A função da memória é o conhecimento do passado que se organiza, ordena o tempo, localiza cronologicamente. Na aurora da civilização grega ela era vidência e êxtase. O passado revelado desse modo não é o antessente do presente e a sua fonte”. Nos romances regionalistas as memórias eram as maiores fontes inspiradoras dos escritores, enraizados em suas regiões, sendo que esses não desprendiam-se de suas origens transformando em ficção o seu passado, a história do povo, descrevendo em suas obras costumes, crenças e denúncias das injustiças sociais presentes naquele meio, isto significa que os ficcionistas regionalistas não fugiam do seu ambiente natural.

1.3 A Educação brasileira dos primórdios à década de 1930

A educação brasileira surgiu com a chegada dos portugueses em terras brasileiras, ainda no século XVI, quando os colonizadores trouxeram para o Brasil os jesuítas, cujo objetivo era catequizar e ensinar as primeiras letras aos filhos dos índios e dos colonos. O Padre Manuel da Nóbrega e mais dois jesuítas foram os primeiros a chegarem em terras brasileiras, portanto foram os primeiros professores.

A educação oferecida pelos jesuítas apresentava uma intencionalidade clara, ou seja, quando o ensino era referente aos índios a expectativa era fazer com que os mesmos se tornassem mais dóceis para ser mais fácil conduzi-los ao trabalho, pois a mão de obra dos nativos era de fundamental importância para os colonizadores, portanto o ensino destinado aos índios não passava de uma simples cristianização.

Já a educação destinada aos filhos dos colonos era aplicada de forma mais ampla e completa, seguindo com mais precisão a educação existente em Portugal. As famílias com três filhos por exemplo, o mais velho era quem passava a cuidar do patrimônio e dos negócios do pai, enquanto o segundo era orientado à estudar, a família o enviava para um colégio onde pudesse concluir os estudos e o terceiro era destinado à vida eclesiástica, sendo enviados para os colégios onde eram educados ou nas casas de tios padres ou capelães. Segundo Ghiraldelli (2009, p.24)

Manuel da Nobrega forjou um plano de ensino adaptado ao nosso país, segundo o que ele entendeu que era a sua missão. O plano de estudo de Nóbrega continha o ensino de português, a doutrina cristã e a “escola de ler e escrever”, isso como patamar básico. Após essa fase, o aluno ingressava no estudo da música instrumental e do canto orfeônico. Terminada tal fase, o aluno poderia ou finalizar os estudos com o aprendizado profissional ligado a agricultura ou seguir mais adiante com aulas de gramática e, então, completar sua formação na Europa.

Os jesuítas foram de fundamental importância para a educação no Brasil, os mesmos permaneceram no Brasil por um período de 210 anos, chegaram no ano de 1549, juntamente com o primeiro governador-geral Tomé de Sousa e saíram em 1759, sendo expulsos pelo Marquês de Pombal. Durante esse período em que estiveram no país, de certa forma, contribuíram para o desenvolvimento educacional do país, fundaram várias instituições de ensino, sendo a primeira delas a “Escola de Ler e Escrever”, em Salvador, depois o trabalho foi expandido por todo o território brasileiro.

Após a expulsão dos jesuítas das terras brasileiras veio o período Pombalino que estendeu-se de 1760 a 1808, durante esse período houve um descontrole no sistema educacional brasileiro que até então estava sendo estruturado pelos jesuítas, pois diferente dos jesuítas que tinham como objetivo servir a fé, expandindo as crenças, o Marquês de Pombal organizou as escolas de forma que pudesse servir aos interesses do estado. É instituído o subsídio literário, o pagamento de professores e a criação do cargo de inspetor escolar e de supervisor de ensino.

No decorrer dos anos de 1808 a 1821 ocorreu o chamado período “Joanino”, época em que D. João VI esteve no domínio e abre as Academias Militares. Ambiente onde a rigidez no ensino falava mais alto, os alunos eram tratados como

prisioneiros, eram maltratados, oprimidos, muitas vezes obrigados a aprender, pois essa era a única forma de fugir das ameaças dos professores. Sistema totalmente tradicional muito parecido com o que José Lins descreve em seu romance.

No período que se estendeu de 1822 a 1888 ocorre o Período Imperial, nesse foi instituído o Método Lancaster, onde um aluno da turma era treinado à para ensinar a um grupo de dez alunos, era chamado de Decurião. Isso sempre sob o olhar atento de um inspetor escolar, era um método tradicional. Durante muitos anos a educação do Brasil seguiu um modelo educacional, no qual os mais favorecidos eram os filhos dos colonos, os que tinham uma posição social mais elevada, enquanto os mais pobres ficavam a mercê de uma educação de má qualidade e com pouca oferta de vagas.

Conforme Teixeira (1976, p. 99-100), o referido ensino acontecia de forma que não favorecia a todos sempre, além de tradicionalista também era excludente.

Tivemos assim, um ensino primário gratuito de oportunidades reduzidas, um ensino secundário pago, para servir de estrangulamento a qualquer rápido desejo generalizado de ascensão social, e um ensino superior gratuito de caráter extremamente ineficiente. Foi este modesto sistema de segurança educacional, mantido em razoável funcionamento até 1930.

Apenas a partir de 1930, o Brasil começou a tomar decisões de forma mais definida em relação a educação, nesse referido ano o então Presidente da República Getúlio Vargas, criou o Ministério da Educação que tinha como objetivo cuidar dos assuntos referentes a educação. Durante seu governo, Vargas fez grandes transformações principalmente nas áreas da saúde e da educação, durante esse período que ficou conhecido como a era Vargas, foi definido através da Constituição Federal, publicada em 1931 que a educação seria um direito de todos os cidadãos, sendo os responsáveis por oferecê-la, a família e o estado.

Partindo da observação da família e do estado, como instituições às quais caberia a tarefa educativa, o Manifesto explica que a família deixa de ser um centro de produção e se torna um centro de consumo. Assim ela se distancia enquanto grupo do trabalho, e com isso delegaria ao Estado a função de promover a educação pública.

Este, então, seria capaz de colaborar na formação das especialidades, mas também capaz de garantir aos indivíduos o direito “biológico” à “educação integral”. Isto não implicaria em uma oposição entre família e Estado no tocante à educação, dado que caberia ao segundo conclamar a primeira a continuar colaborando, dentro de suas novas tarefas, com a educação, através de uma cooperação entre pais e professores em proveito da escola. (GHIRALDELLI, 2009, p. 44).

Percebe-se, portanto, que a educação brasileira a partir dessa década teve novos rumos, o governo Getúlio Vargas juntamente com o ministro Francisco Campos, realizaram vários movimentos voltados ao âmbito das ideias pedagógicas, nessa época já existia uma associação, a ABE – Associação Brasileira de Educação, a qual fora criada em 1924, tendo como objetivo promover congressos temáticos voltados à educação no Brasil, o governo e o ministro começaram a frequentar esses eventos no intuito de apresentar novas propostas de melhoria para a educação.

Na época, existiam vários movimentos que buscavam uma educação nova, proveniente dos mesmos foi publicado em 1932 o chamado “Manifesto” dos Pioneiros da Educação Nova que apresentava várias propostas voltadas para o campo da educação.

A educação nova deveria ser “pragmática”, na medida de que não deveria servir aos interesses de classes e sim ao “interesse do indivíduo”. Todavia tal indivíduo não poderia ser o indivíduo em sua “autonomia isolada estéril”, fruto da doutrina do “individualismo libertário” ligada a “concepção burguesa” ligada a “educação tradicional”. Se a nova educação servia somente ao indivíduo, ela o faria fundada no “princípio da vinculação da escola com o meio social”, meio este que na atualidade moderna, estaria colocando como ideias da educação a “sociedade” o “serviço social” e a “cooperação” (GHIRALDELLI, 2009, p. 43)

Algumas dessas metas estabelecidas na década de 1930 prevalecem até os dias atuais, tais como: o dever do estado de oferecer uma educação pública de qualidade para todos sem distinguir cor ou raça, como também o não favorecimento a educação tradicional, pois esse é um método considerado inadequado, além da busca dos que fazem a educação em formar uma parceria escola/ família em função de uma educação de melhor qualidade.

2 A SOCIEDADE E A EDUCAÇÃO OPRESSORA NA OBRA DE JOSÉ LINS DO REGO

2.1 José Lins do Rego: romancista regionalista

José Lins do Rego Cavalcanti¹, nasceu em 1901 no engenho Corredor, município de Pilar, Estado da Paraíba. Filho de João do Rego Cavalcanti e Amélia do Rego Cavalcanti. Descendente de família patriarcal do Nordeste, fato que tornou memorável em suas obras, o autor retrata todo o seu amor pela “terra”, pelo engenho que o viu crescer de propriedade do seu avô materno.

A infância livre de menino de engenho foi marcante, pois deu título a sua primeira obra, “Menino de Engenho”. Mas porém breve, pois a liberdade do menino livre foi interrompida com a sua entrada no Instituto Nossa Senhora do Carmo, em Itabaiana. Logo depois, em 1912, começou os primeiros estudos ginasiais no Colégio Diocesano Pio X, na capital do Estado, onde também começam a revelar-se seus pendoros literários, seus gostos iniciais de leitor.

José Lins do Rego casou-se com a filha do senador Massa, Philomena Massa (Naná). Deste casamento teve três filhas: Maria Elisabeth, Maria da Glória e Maria Cristina. Em 1925, Lins do Rego ingressou no Ministério Público como promotor em Manhuaçu, Minas Gerais, onde não demorou, pois não se sentia adaptado aos deveres que o exercício profissional da justiça lhe impunha, no entanto, o jornalismo e a literatura já se haviam imposto em sua formação intelectual.

Destinado então em fazer carreira em uma magistratura, Lins do Rego transferiu-se em 1926 para a capital de Alagoas, onde passou a exercer a função de fiscal de banco. Em Maceió teve um contato direto com alguns escritores como Graciliano Ramos, Raquel de Queiroz, Aurélio Buarque de Holanda, Jorge de Lima, Valdemar Cavalcante, Aloísio Branco, Carlos Paulino e outros. Ainda em Maceió, José Lins do Rego escreveu seu primeiro livro, intitulado “Menino de Engenho”, obra que se revelou de importância fundamental na história do romance moderno brasileiro. Uma das suas maiores influências na vida literária foi Gilberto Freire.

¹ As informações sobre o referido autor encontram-se em: REGO, José Lins do Rego, 1901-1957. **Doidinho**. 25ª ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1984.

José Lins do Rego foi eleito membro da Academia Brasileira de Letras, em 15 de setembro de 1955, ocupando a cadeira de nº 25. O referido autor é também patrono da cadeira 39 da Academia Paraibana de Letras. É considerado um dos maiores escritores do romance regional, pois escreveu cinco livros a que nomeou “Ciclo da cana-de-açúcar”. Onde faz referências a realidade dos engenhos açucareiros do nordeste brasileiro, sendo que o autor não mostra só as decadências dos engenhos com o surgimento das usinas, faz também denúncias sócio-políticas referentes a sociedade da época.

Segundo Candido (2010,p.143), “José Lins do Rego em seu tempo; a sua ficção adquiria significado de iniciação ao conhecimento da realidade do país”. As obras de José Lins em sua maioria são voltadas para o mundo rural ficando fora apenas Água Mãe e Euclides, que são romances ambientado no Rio de Janeiro, no entanto o autor dividiu suas ficções em três fases temáticas: “O Ciclo da Cana-de-Açúcar”, “Ciclo do Cangaço e Misticismo” e “Temas Independentes”.

O romancista tinha um estilo simples, ou seja, não tinha muita preocupação com a linguagem rebuscada, pois o mesmo afirmava ser um escritor espontâneo e instintivo, revelando que suas inspirações para narrativas estavam nas ruas: “Quando imagino nos meus romances tomo sempre como modo de orientação a dizer as coisas como elas surgem na memória, com os jeitos e as maneiras simples dos cegos poetas”, (REGO, 1945, p. 55 *apud* BOSI, 2006, p. 398).

Esta forma clara e direta apresentada por José Lins do Rego em suas obras, a maneira como descreve suas recordações da infância e faz as denúncias das mazelas e injustiças vividas pelas pessoas da região, onde viveu, é o estilo utilizado no jornalismo, considerando que além de romancista o autor também foi cronista e jornalista. De acordo com Moisés (2008, p. 154):

Para erguer o painel da infância no engenho de açúcar, e com ele o da decadência do latifúndio açucareiro e a ascensão da usina, José Lins do Rego lança mão de um estilo desafetado, com evidentes marcas de oralidade. Distante da sensualidade contagiante da linguagem de Jorge Amado e da correção purista e monástica de Graciliano Ramos, define-se pela espontaneidade, peculiar ao memorialista ou autor de diário, mais preocupado em ser verossímil que em fazer estilo. Embora o “eu” de Carlos de Melo dê a impressão de se oferecer como espetáculo, e de tudo surgir filtrado pela retina do narrador, é um estilo e uma mundividência sem lirismo e sem conotação política, como se a veracidade das lembranças, pessoais e dos outros, predominasse sobre a vibração interior de quem rememora.

Menino de Engenho, “Doidinho”, Banguês, O Moleque Ricardo e Usina compõem o ciclo da cana-de-açúcar, o que mais chama atenção neste ciclo é o fato do narrador/autor não disfarçar sua personalidade sensitiva, deixando transparecer suas emoções. Como vinha de famílias de senhores de engenho, José Lins do Rego não conseguia ocultar em suas narrativas, as emoções e a tristeza de ver os engenhos entrarem em uma fase de decadência. Neste sentido o autor escreve uma obra que é considerada uma grande representação da ficção moderna dos anos 30, Fogo Morto.

Publicado em 1943, Fogo Morto² focaliza a ascensão e a decadência de um engenho na Paraíba durante a segunda metade do século XIX. A obra divide-se em três partes, uma para cada personagem central, o mestre José Amaro, O Coronel Lula e o Capitão Vitorino, cujas vidas se entrelaçam e se influenciam reciprocamente. José Amaro, seleiro de beira de estrada nas terras do Engenho Santa Fé, pertencente ao Coronel Lula, o seleiro apoia o Capitão Antônio Silvino, cabeça de cangaceiros, contra o senhor da propriedade, ao mesmo tempo que sofre a histeria e o celibato da filha.

O Coronel Lula é prepotente, porém rezador, desfruta dos haveres deixados pelo sogro e aos poucos o Engenho Santa Fé vai descambando, até chegar o Fogo Morto. Fazem-lhe companhia a mulher (D. Amélia), cheia de fibra e coragem, a filha (Neném), que arrasta sua melancolia de solteirona por culpa do pai, e o cunhado (D. Olívia), demente. O Capitão Vitorino Carneiro da Cunha, generoso e muito interessado pela política local, quase esquecido da mulher (D. Adriana), que com ele casou-se sem amor, e do filho (Luiz), engajado na marinha.

A obra foge, ou seja, desprende-se das memórias abordadas nas obras do ciclo da cana-de-açúcar, o autor deixa de lado o laço com as raízes, de uma herança patriarcal. Segundo Moisés (2008, p. 157):

Fogo Morto é, reconhecidamente, a obra – prima de José Lins do Rego e uma das mais representativas não só da ficção dos anos 30 como de todo o Modernismo. A explicação para o fato reside em que o autor alcançava a maturidade sem abjurar das suas mais fundas raízes, patentes no ciclo da cana-de-açúcar. Realizava, por conseguinte, o equilíbrio entre o amadurecimento como ficcionista e o respeito às matrizes da sua cosmovisão: regresso às origens em pleno apogeu existencial e artesanal, eis a razão dessa coerência íntima entre memória e invenção, uma e outra em grau superior, de acordo com as possibilidades do escritor.

² As informações apresentadas acima encontram-se em MOISÉS, Massaud. *A literatura brasileira através de textos*. São Paulo: Cultrix, 2009.

José Lins do Rego por muito tempo manteve-se ligado as suas memórias, mas conseguiu ultrapassar as barreiras dessas lembranças da infância, trazendo portanto assuntos de fora para dentro das suas narrativas, pois até então, só expunha em suas obras memórias extraídas do seu interior, ou seja, o autor escrevia suas recordações ligadas ao seu universo de menino de engenho, de aluno de internato, a decadência do engenho do seu avó Zé Paulino com a chegada das usinas. Tudo que abordava em suas obras estava sempre ligado a algo que já havia vivido ou presenciado em sua vida.

2.2 “Doidinho”: sociedade e sistema educacional opressores

“Doidinho³”, segundo romance de José Lins do Rego, publicado em 1933, pertence ao ciclo da cana-de-açúcar, embora fuja um pouco do cenário das outras obras que formam o ciclo, pois na mesma o autor reproduz os passos de Carlos de Melo, como aluno interno do Instituto Nossa Senhora do Carmo, no qual permanece por três anos. O romance é de grande importância para a literatura brasileira, por ser considerada uma obra memorialista regionalista, pois além de trazer a vida do menino de engenho no internato, faz referências aos engenhos de cana-de-açúcar do interior da Paraíba. A obra também aborda temas universais como, educação, fome, pobreza, sexualidade e religião. Conforme atesta Bosi:

Descendente de senhor de engenho, o romancista soube fundir uma linguagem de forte poética oralidade as recordações da infância e da adolescência com o registro intenso da vida nordestina colhida por dentro, através dos processos mentais de homem que apresentam a gama étnica da região. (BOSI, 2006, p.398).

São consideradas memorialista as obras em que, o autor narra fatos referentes a acontecimentos da sua própria vida, como também histórias das pessoas e do meio social no qual viveu inserido, o engenho, o internato. O autor de “Doidinho” além de estar apegado ao universo afetivo onde viveu a infância, descreve também a sua vida de estudante, em um espaço dominado pela injustiça e a repressão.

³ A edição da obra “Doidinho” utilizada neste trabalho foi a 25ª ed. publicada pela editora Nova Fronteira 1984.

“Doidinho” é uma continuação de Menino de Engenho, mas o romance apresenta alguns pontos de divergências em relação ao primeiro, pois trata-se de um romance cuja ambientação é um internato que vem lembrar “O Ateneu” de Raul Pompéia, ambas apresentam pontos semelhantes como o nervosismo, a recordação da prima morta e a figura feminina que representa a mãe. José Lins do Rego teve seu primeiro contato com a obra de Raul Pompéia aos 17 anos de idade. O que pode ter contribuído como fonte de inspiração, sendo que no final da obra “Menino de Engenho”, o próprio autor na voz de Carlos de Melo que estava preste a entrar no internato, recorda o Ateneu:

Eu não sabia nada. Levava para o colégio um corpo sacudido pelas paixões de homem feito e uma alma mais velha do que meu corpo. Aquele Sérgio de Raul Pompéia entrava no internato de cabelos grandes e com alma de anjo cheirando a virgindade. Eu não: era sabendo de tudo adiantado nos anos que ia atravessar a porta do meu colégio. (REGO, 2004, p. 149).

Carlos de Melo, personagem principal da obra de José Lins do Rego, nunca tinha frequentado a escola, mas possuía um vasto conhecimento do mundo, pois a vida de menino de engenho tinha lhe proporcionado muitas possibilidades de aprendizagem e amadurecimento, era uma criança de mente adulta. O menino antes de entrar no instituto Nossa Senhora do Carmo, passava seus dias nas terras do Engenho Santa Rosa andando com os filhos dos negros da senzala. São as lembranças dessa vida no engenho que o faz suportar cada dia no internato.

Doidinho foi escrito em 1933, mas a história narrada na obra é anterior a esta década, José Lins do Rego traz as suas memórias de estudante, como também relata fatos ocorridos na sociedade da época, período marcado pelo poder dos coronéis, dos senhores de engenhos que dominavam a massa popular, mas tudo muda de figura com o desmoronar dos engenhos provocado em decorrência do avanço da indústria, processo que faz com que a economia do país deixe de ser dominada pelo meio rural passando a ser dominado pelo setor urbano industrial.

Com “Doidinho”, Lins do Rego encerrou a narrativa da infância de Carlos de Melo, iniciada em “Menino de Engenho”. O menino, livre neto do senhor de engenho, que levava uma vida cheia de aventuras, nas terras do Santa Rosa, como era conhecido o engenho do Coronel Zé Paulino, avô de “Carlinhos”, pois assim era

tratado o menino pelos familiares, amigos e empregados da casa grande. O garoto vivia sempre pelas senzalas e plantações com suas astúcias, traquinagens e brincadeiras, nunca tinha frequentado a escola, o que conhecia de letras foi a tia Maria quem ensinou em casa, mas o menino era muito atrasado, tanto na escrita quanto na leitura, ou seja, não tinha quase nenhuma habilidade para as letras.

Em “Doidinho”, Carlos de Melo já com doze anos de idade tem seu primeiro contato com a escola, vai morar no internato, onde passou a levar uma vida cheia de privações e repressões, o diretor do Instituto Nossa Senhora do Carmo, seu Maciel, homem rígido que adotava métodos tradicionais, o que faz com que os alunos se sintam oprimidos e incapazes.

O que fica claro no trecho abaixo, em que Carlos de Melo faz sua primeira refeição no internato.

Estavam chamando para o jantar. Descemos uma escada para a sala de refeições. Uma mesa grande para todos. O seu Maciel na cabeceira D. Emília e o pai dela de lado, e a negra Paula servindo. Quando me botaram o prato de feijão, recusei:

___ Não gosto de feijão.

___ Engoli Pois é o que o senhor tem de comer aqui todos os dias. com um nó na garganta, a minha primeira boia de prisioneiro.

___ Se o senhor quiser escolher comida, vá para o hotel.

Isto com uma voz seca, estridente, atravessando o interlocutor de lado a lado. (REGO, 1984, p. 28).

“Carlinhos” era muito querido e mimado na casa de seu avô, o menino tinha tudo que queria, mas ao chegar no colégio interno, logo viu que ali tudo iria ser diferente, a começar pela comida, e depois o tratamento rígido por parte do diretor do internato uma pessoa altamente autoritária que tinha todos os internos sob as suas ordens, portanto não concedia um espaço para o diálogo. Carlos procurava expor suas dificuldades, mas era reprimido pelo diretor, o que mostra uma característica do método tradicional de ensino onde só o professor sabe e somente ele pode falar, o aluno apenas houve e obedece. De acordo com Freire (1996, p.89).

O autoritarismo e a licenciosidade são rupturas do equilíbrio tenso entre autoridade e liberdade. O autoritarismo é a ruptura em favor da autoridade e contra a liberdade e a licenciosidade, a ruptura em favor da liberdade contra a autoridade. Autoritarismo e licenciosidade são indisciplinadas de comportamento que negam o que venho chamando a vocação antológica do ser humano.

O título da obra “Doidinho”, refere-se ao apelido atribuído a Carlos de Melo pelos colegas do internato, assim o chamavam devido a suas atitudes e reações diante das opressões sofridas na instituição de ensino. Estava sempre nervoso, impaciente, fazendo as tarefas sempre com muita rapidez, o que mostra o medo do personagem em relação ao seu opressor. No início do capítulo 2 Carlos faz referência a esse apelido.

Fazia um mês que eu chegara ao colégio. Um mês de um duro aprendizado que me custara suores frios. Tinha também ganho o meu apelido: chamavam-me de Doidinho. “O meu nervoso, a minha impaciência mórbida de não parar em um lugar, de fazer tudo às carreiras, os meus recolhimentos, os meus choros inexplicáveis, me batizaram assim pela segunda vez, só me chamavam de Doidinho. E a verdade é que eu não repelia o apelido”. (REGO, 1984, p. 37).

O choro inexplicável de Carlos de Melo, era uma forma de expressar a saudade das terras do Santa Rosa, a vontade de voltar para casa era imensa, o que fazia o personagem lembrar a todo momento daquela gente que trabalhava nos engenhos, fazendo reflexões sobre o sistema opressor no qual estava inserido e da vida daqueles pobres trabalhadores que eram oprimidos pelo meio social, pelos seus patrões: “O jejum no colégio vinha-me instruir a respeito da fome, dos pobres, da seca”. Sabia agora porque os sertanejos cortavam a boca com gravatá, porque caíam pelos caminhos os retirantes, e de que morriam de fome o gado do meu avô. (REGO, 1984, p. 98).

Carlinhos vivia em meio a uma sociedade oprimida, maltratada pelas mazelas sociais, dominada pelo coronelismo, mas por ser neto de senhor de engenho não sofria opressões, simplesmente, presenciava cenas de pobreza, fome, desigualdade, sofrimento, sem nunca ter parado para refletir sobre esses acontecimentos. Para o garoto era como se aquilo fosse normal, o avô era rico e os moradores precisavam dele, por isso viviam sujeitos aquele sistema de opressão.

Ao ser oprimido no internato, Carlos de Melo passa a ter uma nova visão da sociedade da época. Antes o garoto era apenas um simples observador da opressão dos que viviam no engenho. Agora passa a ser vítima dessa opressão. A respeito dessas considerações Freire (2005, p. 34) faz a seguinte reflexão.

Quem, melhor que os oprimidos, se encontrará preparado para entender o significado terrível de uma sociedade opressora? Quem sentirá, melhor que eles, os efeitos da opressão? Quem mais eles, para ir compreendendo a necessidade da libertação? Libertação a que chegarão pelo acaso, mas pela práxis de sua busca; pelo conhecimento e reconhecimento da necessidade de lutar por ela.

A narrativa que José Lins do Rego apresenta em “Doidinho” é diferente, da utilizada em “Menino de Engenho”, sendo que nesta o protagonista Carlos de Melo fala das injustiças sofridas pelos moradores dos engenhos do seu avô, mas não mostra preocupação nem interesse em defender esses pobres sofredores, apenas descreve a realidade como se fosse algo normal do cotidiano. Sendo que em “Doidinho” o personagem/narrador encontra-se inserido em um sistema opressor e injusto, onde para ele o colégio representa a sociedade injusta da época, a qual o personagem agora denuncia e se opõe a aceitar tal realidade.

Na verdade, no primeiro romance o menino vivia inserido ao meio opressor, sendo que a sua família era dona de engenho de cana de açúcar, por isso seu avô mantinha em seu poder muitos moradores escravos para poder manter a mão de obra necessária, esses por sua vez vivendo em condições precárias de moradia e até mesmo de alimentação, enquanto que no segundo romance “Doidinho” o garoto encontra-se no lado oposto, pois agora é oprimido, não como os moradores do engenhos, mas pelo sistema opressor de ensino do seu Maciel. Assim passou a entender melhor as condições de vida daquelas pessoas que viviam no engenho.

A transcrição abaixo é representativa desses argumentos. Momento em que o professor presencia Carlos de Melo conversando com alguns colegas e o castiga, aplicando seu método tradicional.

O diretor surpreendeu-me

__Que conversas são estas? Não quero maroteiras aqui.

E seis bolos cantaram nas minhas mãos. Fiquei de pé na frente da mesa, oprimindo os soluços que se elevavam com o protesto de minha sensibilidade machucada.

__Seu doudo [ele não chamava doido], quer fazer do meu colégio bagaceira de engenho. Está muito enganado.

E a palmatória exposta em cima da mesa, pronta para a ação, com o cabo torneado como objeto de arte. (REGO, 1984, p.42).

Como é possível observar no trecho da obra, o método adotado na instituição de ensino do seu Maciel era totalmente tradicional e punitivo, método que não traz

benefícios para a aprendizagem dos educandos, uma vez que esses são limitados à expressão. Freire define esse tipo de educação da seguinte forma: "O educador, que aliena a ignorância, se mantém em posições fixas, invariáveis. Será sempre o que sabe, enquanto os educandos serão sempre os que não sabem. A rigidez destas posições nega a educação e o conhecimento como processo de busca." (FREIRE, 2005, p.67).

Para uma aprendizagem significativa o educando necessita de liberdade de expressão, mas para seu Maciel não é assim, os seus internos devem cumprir com todas as normas ditadas por ele e caso desobedeça ou apresente alguma dificuldade em lidar com as letras, o castigo resolve o problema. Até para alguns pais que colocavam os filhos no internato a concepção era a mesma, castigo era sinônimo de aprendizagem. Observe o fragmento abaixo, onde o coronel Zé Paulino faz uma visita ao neto na instituição de ensino do seu Maciel.

"[...] Não me importo que dê no menino. Botei aqui para aprender, e menino só aprende mesmo com castigo. [...]" (REGO, 1984, p.46).

Quase todo o enredo da obra é passado fora do engenho, mas o narrador sempre menciona o Santa Rosa, fazendo referência sobre as condições sociais das pessoas que moram por lá. Porém com outra visão conseguindo entender melhor o sofrimento daquele povo, no entanto o seu maior sonho era voltar àquelas terras do Engenho do avô José Paulino. Enquanto alimentava esse desejo, o menino tem a oportunidade de adquirir conhecimentos e ampliar relações com as pessoas do colégio: encontra lá um grande amigo, o Coruja, e descobre o amor em Maria Luísa, mas nada era mais forte do que a saudade de casa.

Aos poucos, como uma dor que viesse picando devagarinho, a saudade do Santa Rosa me invadiu a alma inteira. O meu avô, os moleques, os campos, as negras, o gado, tudo me parecia perdido, muito de longe, de um mundo a que não podia mais voltar. E comecei a chorar mordendo os travesseiros. Mas o choro era daqueles que violam o silêncio, e cortei os soluços na garganta. (REGO, 1984, p.32).

É claro o contraste descrito pelo personagem, em relação ao espaço onde o mesmo vivia para o que encontra-se, pois além de ser uma instituição cujo sistema de ensino é opressor trata-se de internato em que seus internos não saem dali sem ser acompanhado pelos responsáveis. Naquela época era comum esse tipo de instituição de ensino, as crianças ficavam afastadas das famílias e os professores

eram quem instruíam as mesmas, ou seja, preparavam para a vida na sociedade patriarcal. Os meninos deviam seguir o estudo para conseguir uma formação acadêmica, em pudessem seguir carreira ou então administrar os negócios da família.

O problema era o sistema opressor, o qual as instituições adotava, que oprimiam os internos, o educador queria moldar os educandos a sua forma e para isso praticava atos e atitudes inaceitáveis, segundo Freire (2005, p.66) a educação opressora acontece da seguinte forma.

A narração, de que o educador é o sujeito, conduz os educandos à memorização mecânica do conteúdo narrado. Mais ainda, a narração os transforma em “vasilhas”, em recipientes a serem “enchidos” pelo educador. Quanto mais vá “enchendo” os recipientes com seus “depósitos”, tanto melhor educador será. Quanto mais se deixem docilmente “encher”, tanto melhor educandos serão.

Esse procedimento de ensino em que o aluno só acumula as informações transmitidas, não prepara ninguém a ser sujeito ativo na sociedade, pois não propicia ao mesmo o ato de pensar, e o ser ativo é aquele que pensa, questiona, dialoga e debate as questões de seu interesse ou da sociedade em geral, mas infelizmente essa metodologia ainda existe e por muito tempo dominou o espaço educacional brasileiro. “Durante vários anos as técnicas educacionais se resumiram na utilização de técnicas aversivas, o papel do professor consistia em fazer com que os alunos aprendessem e o papel dos alunos consistia em fugir das ameaças, aprendendo.” (GOULART, 2009, p.55).

O sistema adotado por seu Maciel em seu internato era bem assim como o descrito na citação acima, os seus internos tremiam quando não sabiam a lição, pois isso seria sinônimo de castigos físicos que faziam os mesmos sentirem-se oprimidos, incapazes de ter um bom desempenho. Como fica claro nesse fragmento da obra que mostra o momento em que Carlos de Melo vai dar a lição ao rígido Maciel.

De tarde fui dar minha lição. Levava o coração aos saltos, como nas noites em que acordava com o quarto às escuras. Muitas vezes a velha Sinhazinha me deixava esta impressão de pavor. Com a velha, porém, havia jeito de fugir às suas iras. Aqui mudava muito para pior. Errei a lição toda. Sabia quase que decorada a história de “Júlia, a boa mãe”. O medo, no entanto, fazia a minha memória correr demais; e saltava as linhas.

__ Leia devagar. Para que esta pressa?

Foi pior. A língua não me ajudava. Quando vi foi ele com a palmatória na mão.

__ Levanta-se.

Não soube mais o que fiz. Senti as mãos como se estivesse com um formigueiro em cada uma. (REGO, 1984, p.35-36).

Para o interno a fúria do professor causava-lhe susto como uma noite de terror, sendo que desta seria mais fácil de escapar, enquanto dos castigos do seu Maciel seria impossível fugir. A insensibilidade do educador bloqueava a capacidade de desenvolvimento dos seus educandos, algo visto como contrário ao verdadeiro processo de ensino aprendizagem, uma vez que esse deve se dar de forma em que o indivíduo, como cidadão pertencente a um determinado meio social possa adquirir conhecimentos e habilidades, tornando assim um ser capaz de interferir e expor suas próprias opiniões. “A capacidade de aprender, não apenas para nos adaptar, mas sobretudo para transformar a realidade, para nela intervir, recriando a, falar de nossa educabilidade a um nível distinto do nível do adestramento dos outros animais ou do cultivo de plantas”, (FREIRE, 1996, p 69).

De acordo com as afirmações acima observa-se que o ato de educar diferencia-se do adestramento. No sistema opressor os educandos passam por um processo de certa forma parecido com o mencionado acima, uma vez que as instituições tentam moldar a seu jeito os que encontram-se aos seus cuidados fazendo uso muitas vezes de métodos não permitidos pelo sistema educacional da época. O que fica claro no trecho a seguir onde Carlos descreve algumas normas do colégio de Maciel e suas práticas de ensino.

Na Paraíba era proibido dar de palmatória, e isto mesmo porque o governo não sabia. Não havia governo para o Professor Maciel. Quando lhe botavam os meninos no colégio, prevenia os pais:

__Castigo os alunos.

Só aceitava assim. Ao contrario passasse a outro.

Os meninos chegavam de casa já falando nas férias de S. João. Faltavam sessenta dias, oito terças, oito domingos. A saudade de casa forçava os cálculos. (REGO, 1984, p.166).

O sistema opressor adotado pelo internato, infligia até mesmo as normas educacionais ditadas pelo estado, sendo que a instituição de seu Maciel era de “categoria particular”, ele mesmo ditava as regras a serem adotadas, embora soubesse que estava fugindo das normas educacionais da Paraíba, estado no qual

encontra-se inserido a sua instituição. O diretor contrariava não só seus internos como também os métodos permitidos pelo sistema educacional, no entanto observa-se que o diretor foge do diálogo, da comunicação condições indispensáveis para que haja interação e troca de ideias e conhecimentos.

Os educadores devem refletirem a respeito dos métodos aplicados, se os mesmos estão colaborando ou não para a aprendizagem, e que a comunicação é essencial para a aprendizagem. A respeito de tais considerações Freire (2005, p.74) diz o seguinte.

Não pode perceber que somente na comunicação faz sentido a vida humana. Que o pensar do educador somente ganha autenticidade na autenticidade dos educandos, mediatizados ambos pela realidade, portanto, na intercomunicação. Por isto o pensar daquele não pode ser um pensar para estes nem para estes impostos. Daí que não deva ser um pensar no isolamento, na torre de marfim, mas na e pela comunicação, em torno, repitamos de uma realidade. É, se o pensar só assim tem sentido, se tem sua fonte geradora na ação voltada para o mundo, o qual mediatiza as consciências em comunicação, não será possível a superposição dos homens aos homens.

Diante de tais descrições o que é possível entender a respeito do sistema opressor descrito pelo personagem Carlos de Melo sobre as práticas adotadas por seu Maciel é que as mesmas não são significativas para a formação do cidadão à se tornar ser pensante e comunicativo, uma vez que os mesmos são privados de tais ações, da comunicação, da interferência em assuntos de caráter social, durante o seu processo de aprendizagem o cidadão deve ser provocado a interferir, a discutir, o educador não pode adotar método que oprima os educandos a liberdade de expressão.

No método tradicional até mesmo o próprio educador se fecha ao diálogo, sendo que ele é visto sempre como o que sabe, não discutir questões alguma com os educandos, e nem busca parceria para fazer uma educação mais produtiva, se prende aos seus métodos e não abre espaço à interferências.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

No decorrer deste trabalho, discutiu-se sobre a estreita relação entre educação e sociedade presente nas obras literárias, o que permite que a literatura reflita na sociedade e a sociedade na literatura. Foi possível averiguar o quanto as obras literárias refletem aspectos da realidade, embora seja de forma ficcional, é representado de forma muito clara. Na obra estudada "Doidinho", José Lins mostra com detalhes e exatidão as questões sociais e a educação tradicional aplicada em sua época. Para um melhor entendimento da obra não considerar somente o texto, mas também o contexto no qual a mesma foi escrita.

Verificou-se como ocorreu o processo educacional na sociedade brasileira desde o seu princípio, pontuando o seu processo de aperfeiçoamento no decorrer nos séculos, como também foram elencadas discussões acerca do contexto sócio histórico no Brasil do século XVI ao XX, discorrendo sobre a literatura regional, a sua importância na época, uma vez que a mesma chega para denunciar os problemas sociais existentes na sociedade brasileira, o *corpus* em estudo, traz um olhar voltado para a Região Nordeste do Brasil.

A partir da análise delineada, entende-se que os objetivos almejados foram alcançados, sendo que foi verificado como era realizado o processo educacional do país, em meio a um sistema opressor, o qual algumas instituições adotavam, constatou-se que esse sistema opressor não traz significações positivas para a formação, sendo que os educandos sofrem opressões e em vez de desenvolverem as habilidades com as letras, os mesmos se veem como incapazes, isso proveniente das opressões, as quais são submetidos caso apresentem alguma dificuldade, no entanto o método opressor não contribui para o avanço e sim para um bloqueio do desenvolvimento do indivíduo.

A educação não se faz a partir de privações de diálogos, de questionamentos, de comunicação, nem tão pouco com castigos, querendo moldar o ser como se fosse um objeto, no sistema tradicional, o educando é considerado um indivíduo sem capacidade de raciocínio, o professor fala, sabe e dita o que deve ser feito, mas diante da análise realizada contata-se que essa não é a melhor forma de ensinar.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

BOSI, Alfredo. **História concisa da literatura brasileira**. Alfredo Bosi – 43 ed – São Paulo: Cultrix, 2006.

BOSI, Ecléa (1994). **Memória e sociedade: lembranças de velhos** (3a ed.). São Paulo: Companhia das Letras.

CANDIDO, Antônio et al. **A personagem de ficção**. 11. ed. – São Paulo: Perspectiva, 2005.

_____. **Literatura e sociedade**. Estudos de Teoria História Literária. 11ª. Edição revista pelo autor / Rio de Janeiro: Ouro Sobre Azul 2010/204.

FREIRE, Paulo. **Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa**. São Paulo: Paz e Terra, 1996.

_____. **Pedagogia do Oprimido**, Rio de Janeiro, Paz e Terra, 2005.

GHIRALDELLI, Junior Paulo. **História da educação brasileira**. 4. ed. – São Paulo: Cortez, 2009.

GOULART, Íris Barbosa. **Psicologia da Educação fundamentos teóricos, aplicações à práticas pedagógicas**. 15 ed. – Petrópolis, RJ: Vozes, 2009.

MOISES, Massaud. **História da Literatura Brasileira**. Modernismo – vol. 3 – São Paulo: Cultrix, 2008.

REGO, José Lins do. **Doidinho**. 25ª ed. – Rio de Janeiro: 25. Ed. Nova Fronteira, 1984.

_____. **Menino do engenho**. 86ª ed. – Rio de Janeiro: José Olympio, 2004.

TEIXEIRA, Anísio. **Educação no Brasil**. 2ª edição. São Paulo: Companhia Editora Nacional. – MEC, 1976.